

Monumentos da cultura, monumentos da barbárie: uma leitura a contrapelo do “Homem do Balaio”

*Monuments of culture, monuments of barbarism:
an unfavorable reading of the “Homem do Balaio”*



Érica Fernanda Soares

Graduanda em História pelo Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.
e-mail: ericafernsoares@hotmail.com

Thiago Lemos Silva

Mestre em História pela UFU. Professor de História do Centro Universitário de Patos de Minas.
e-mail: thiagols@unipam.edu.br

RESUMO: O presente artigo consiste em um estudo em torno do Monumento ao Homem do Campo, inaugurado em 1961 na cidade de Patos de Minas-MG, situado na Avenida Getúlio Vargas, tendo como objetivo principal a compreensão sobre a história da imagem e quem ela realmente retrata. Por meio de fontes bibliográficas, impressas e imagéticas, o trabalho sustenta a tese de que o referido monumento pretende retratar não a memória coletiva do homem do campo, mas a apropriação desta para legitimar historicamente a consolidação do capitalismo agroindustrial na cidade de Patos de Minas na segunda metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Coletiva. Monumento. Patos de Minas.

ABSTRACT: The present article consists of a study about the Monument to the Rural Man, inaugurated in 1961 in the city of Patos de Minas-MG, located on Getúlio Vargas Avenue, with the main objective of understanding about the history of the image and who it really represents. The work sustains the thesis that the aforementioned monument intends to portray not the recognition of the rural man, but the appropriation of its history to legitimize the consolidation of agro industrial capitalism in the city of Patos de Minas in the second half of the 20th century.

KEYWORDS: Collective memory. Monument. Patos de Minas.

CANÇÃO DO HOMEM DO BALAIO

Paulo César Nunes

Aos meus amigos Valdemar Gavião e Ivan Vilela

Eu sou a estátua, a pequena
estátua do homem do campo:
levo um balaio de milho,
trabalho em roupas de missa
(pois estou numa avenida)
e este é todo o meu canto.
Eu sou a estátua que foi
o pequeno homem do campo.
E um dos braços já não tenho:
quebrou-se nesta agitada
vida de estátua migrante
que vê crescer a cidade,
talvez quando eu, já uma estátua,
tocava um boi de verdade.
Pois sob sol, e agora à chuva,
trabalhar foi minha missa.
Assim, dou as costas ao clube
e vou rumo à catedral.
Daqui uns instantes (no entanto
espero por isso há décadas)
alcançarei o busto do último
Presidente da Província:
mas já não lhe pedirei
favor, nem ele meu voto.
Sequer tirarei o chapéu!
E ele restará de bronze,
firme egrégio cidadão.
E eu, estátua de cimento,
descalço voltarei à vida
de esquecido homem do campo.
E este é todo o meu canto.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge da curiosidade a respeito deste célebre desconhecido: o Monumento ao Homem do Campo. O monumento, que se encontra na Praça Getúlio Vargas, em Patos de Minas-MG, é carregado de história, porém, essa história é desconhecida pela maioria, lacuna que esta pesquisa visa preencher na historiografia local. No monumento há uma inscrição citando a homenagem ao homem do campo: “O Município ao seu ‘Herói Anônimo’”. Neste trabalho indagamos esse anonimato, o porquê dele, quem é esse indivíduo ou esses indivíduos que são imperceptíveis na história de nossa cidade.

Com a finalidade de formular e responder tais problemáticas, este trabalho

se valeu de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa empírica. Na pesquisa bibliográfica, realizou-se o balanço, bem como a reflexão acerca dos trabalhos que exploram a relação entre história local, memória coletiva e patrimônio histórico. Na pesquisa empírica, promoveu-se a análise de fontes impressas, imagéticas e livros de memorialistas.

Os resultados desta pesquisa sinalizaram para o fato de que, quando se analisam os monumentos pertencentes ao patrimônio histórico de uma determinada região, eles nos levam a um contexto histórico-social que nem sempre está explícito neles mesmos. Uma das finalidades de monumentos como o ora estudado é, em tese, desenvolver um sentimento de pertencimento à cidade. Mas é preciso lembrar que essa história utilizada pela classe dominante como aparelho ideológico é carregada da história dos que foram silenciados. Walter Benjamin assim o diz sobre os bens culturais:

Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura (BENJAMIN, 1987, p. 2).

Portanto, o trabalho pretende sustentar a tese de que o homem do campo retratado aqui como herói é mais um monumento da época da pedra e cal: retrata ou pretende retratar a forma por meio da qual sua memória coletiva foi apropriada e ressignificada para a consolidação do capitalismo agroindustrial na cidade de Patos de Minas na segunda metade do século XX

2. O LUGAR DO CAMPO NA CIDADE DE PATOS DE MINAS

O processo de colonização da região na qual se insere hoje a cidade de Patos de Minas iniciou-se com o movimento das entradas e bandeiras no sentido a Paracatu em 1700. Segundo Oliveira *et al* (2006), a partir de 1737, foram doadas sesmarias aos abridores desses caminhos, iniciando o povoamento do território, concedendo outras sesmarias para os agropecuaristas e proporcionando segurança para os viajantes. Em 1770, adveio a escritura de doação feita por Antônio Joaquim da Silva Guerra e sua mulher Luíza Correia. A partir de 1780, a terra era doada a lavradores e estancieiros que reivindicavam sesmarias e que tinham condições de beneficiar-se do solo e povoá-lo, tendo a propriedade rural como o alicerce do município.

A região monopolizada por Patos de Minas era constituída de imensas fazendas de criar, cujos proprietários nas primeiras décadas do século XIX começaram a cuidar de seu rebanho e de sua agricultura. Justamente nessa época já era mencionado o Sítio dos Patos, e ainda em 1820, seria iniciado o agrupamento de casas que viria a ser a cidade de Patos de Minas décadas depois.

A história do município de Patos de Minas, portanto, está incrustada na “terra”, dado que não podemos desprezar, ao dimensionarmos temporalmente não só o desenvolvimento geográfico, econômico e social, mas também, e sobretudo, cultural da cidade. Desde os bandeirantes que abriram as picadas para Goiás, passando pelos tropeiros que faziam da região sua pousada, até grandes fazendeiros e pequenos trabalhadores assalariados, a identidade patense foi construída em forte diálogo com o mundo rural.

2.1. A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO EM PATOS DE MINAS

Conforme foi sublinhado acima, a economia do município de Patos de Minas iniciou-se basicamente em torno da agricultura. Já nas primeiras décadas do século XX, havia uma necessidade de aprimoramento de técnicas para o cultivo da terra com o objetivo de adquirir um melhor aproveitamento do solo, mão de obra qualificada e ampliação da produção, para que se aumentassem os lucros dos fazendeiros. Considerando que nem todos os donatários de terra detinham um conhecimento acerca de práticas modernas que pudessem expandir os seus lucros, houve a necessidade de se preparar uma formação de técnicos nas áreas agrícolas em busca desse aperfeiçoamento, para assim repassar o conhecimento para os demais grupos na comunidade rural. A esse propósito, Oliveira Mello sublinha que

Há muito que a vida econômica do Município de Patos de Minas gira toda em torno da agricultura, principalmente. Isto porque os homens da terra e os advindos sentiram a fertilidade de seus solos, máxime, da região da Mata da Corda. O primeiro movimento de formação de técnicos para um bom aproveitamento de seus solos foi realizado pelo Dr. Jaques Dias Maciel. Ele sentia a necessidade da técnica para melhores resultados. Em razão disso, em 1911, ele funda o “Aprendizado Agrícola de Patos” com o auxílio da Prefeitura Municipal, adquirindo um ótimo terreno na fazenda do Limoeiro, onde se instalou “com todos os acessórios exigidos pelos modernos processos agrícolas, estando atualmente sob a direção de Manuel Miguel Rodrigues” (MELLO, 1971, p. 126).

O “Aprendizado Agrícola de Patos” era uma fazenda-modelo, a qual obteve bons resultados na produção de vinhas e cultura de trigo, mas que, devido à falta de incentivos financeiros, foi extinta. Pouco mais de duas décadas depois dessa experiência pioneira, o governo de Olegário Maciel, por meio da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, criou e instalou em Patos de Minas o “Posto Agropecuário”, na Fazenda de Cascata, a qual em 1938 tornou-se a sede da 19ª Circunscrição, ampliando seu raio de ação para os municípios vizinhos no que se refere à prestação de auxílio a lavradores e pecuaristas. Essa circunscrição abrangia, além de Patos de Minas, os seguintes municípios: Paracatu, Patrocínio, São Gotardo, Tiros, João Pinheiro, Monte Carmelo, Coromandel, Rio Paranaíba, Ibiá e Carmo do Paranaíba (MELLO, 1971, p. 126).

Mesmo com a consolidação dos projetos supracitados, não havia trabalhadores com conhecimento necessário para efetuar tais técnicas que eram incorporadas na terra. Para isso necessitava-se de uma mão de obra especializada, de um ambiente propício e de matérias-primas corretas na tentativa de sanar essa lacuna.

Outra tentativa, mais bem sucedida, foi a Estação Experimental do Sertãozinho, sobre a qual Oliveira Mello nos fornece dados preciosos.

Nesse período nós tínhamos o grande desenvolvimento e o sucesso dos experimentos do trigo realizados pelo Dr. Moacyr Viana de Novais no Campo de Sementes da Cascata. Diante dos surpreendentes resultados, o Ministro Fernando Costa prometeu a fundação de um “Posto de Multiplicação de Sementes de Trigo” em Patos, o que se deu na lei nº. 470, de 9 de agosto de 1937, passando a denominar-se “Estação Experimental de Patos” pelo Decreto-lei nº 6.155, de 30 de dezembro de 1943. E ela se localizou na Fazenda do Sertãozinho. Desde aquela época passou a ter por objetivo a execução de trabalhos de pesquisas agropecuárias, principalmente nas culturas próprias e de valor econômico da região. Com esses trabalhos, grande se tornou a sua influência em toda a região do Alto Paraná e em todo o território nacional (MELLO, 1971, p. 126 - 127).

A Estação Experimental do Sertãozinho contribuiu de forma satisfatória para o aperfeiçoamento de técnicas agrícolas, além de estabelecer ligações políticas importantes com a Secretaria da Agricultura e o Sindicato Rural. Dentre seus objetivos, podemos destacar:

- a) Criar novas variedades de feijão;
- b) Fórmula de adubação (inclusive adubação verde) apropriada para as culturas e para os solos da zona, com aumento de 30% na produção;
- c) Seleção e melhoramento do zebu-leiteiro para se obter zebu produtor de leite na área tropical do Brasil; conseqüentemente estimular o controle leiteiro nos rebanhos zebuínos em fazendas particulares (MELLO, 1971, p. 128).

De acordo com Mello, a Estação Experimental realizou, desde o seu início, experimentos com o milho no município, mas a Companhia de Sementes Agroceres, da qual falaremos em seguida, foi a primeira a implantar o milho híbrido na região, contribuindo sobremaneira para a expansão do capitalismo agroindustrial na região.

2.2. HISTÓRIA DA AGROCERES

A empresa Agroceres foi criada em 20 de setembro de 1945, por Antônio Secundino. Formado em Agronomia pela Faculdade de Viçosa, ele havia recebido uma bolsa para estudar no Iowa State College, nos Estados Unidos. Durante seus estudos ele pôde observar novas técnicas que os estadunidenses estavam difun-

dindo naquele país, que era a técnica de melhoramento vegetal da semente do milho híbrido. Tal técnica consistia no cruzamento de linhagens puras obtidas por autofecundação para gerar descendentes homogêneos ou puros, com o objetivo de desenvolver plantas com uma produtividade e resistência maior.

Em sua volta para o Brasil, Secundino trouxe algumas linhagens de milho híbrido das universidades americanas e, com a ajuda do professor pesquisador Gladstone Drummond, iniciou suas pesquisas na tentativa de obter um milho híbrido adaptável às condições brasileiras. No entanto, as linhagens trazidas dos Estados Unidos não se adaptaram ao clima tropical e subtropical do país. Apenas a variedade *Tuxpan Yellow Dent*, originária de outras linhagens, se adaptou. Mas ainda assim, havia a necessidade de criação de outras espécies de milho, o que seria um processo de pesquisa que custaria muito tempo e recursos.

Em 1941, Secundino aceitou o convite para ocupar o cargo de secretário de Agricultura, Transporte e Comércio do Estado da Paraíba e, no ano seguinte, foi trabalhar na Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios. Encontrado em 1944 pela empresa General Mills, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, cuja sede era no Rio de Janeiro, ele conheceu o químico John Ware, que o incentivou a apresentar o projeto do milho híbrido para a companhia. Não foi aprovado de imediato, mas deste encontro iniciou-se a ideia da criação da empresa, com recursos financiados pelo sogro. Ele convidou alguns amigos como Gladstone Drummond, Adylio Vitarelli e Ware, que trouxe Dee William Jackson para a criação de seu grupo empresarial. O nome escolhido seria o da deusa romana Ceres, responsável pelas boas colheitas. Porém, já havia outra marca registrada com esse nome, o que levou seus promotores a incluir assim o termo *Agro* à frente, gerando, assim, a Agroceres.

Em 20 de setembro de 1945 surgia, então, a Agroceres. Sob a liderança de Antônio Secundino, iniciaram-se os trabalhos na Fazenda São Fernando, de 65 hectares, em Goiana, distrito de Rio Novo (MG), no ano de 1946. Nelson Rockefeller, que foi um dos herdeiros das empresas Rockefeller e futuro vice-presidente dos Estados Unidos, ouviu relatos de Dee Jackson sobre a empresa e suas sementes no Brasil. Rockefeller se interessou pela Agroceres devido a sua criação antes do *IBEC - International Basic Economy Corporation* (Corporação Internacional de Economia Básica).

Interessou-se muito pela Agroceres, pois havia criado pouco tempo antes a IBEC, sigla para *International Basic Economy Corporation* (Corporação Internacional de Economia Básica), um braço agrícola da Fundação Rockefeller que tinha como objetivo demonstrar as vantagens do capitalismo como agente de desenvolvimento econômico e social. Uma empresa de sementes em um país em desenvolvimento como o Brasil se encaixava perfeitamente em seus planos e, em 1947, Rockefeller procurou Secundino para propor associação. A IBEC teria o controle acionário e participaria com a maior parte do capital da Agroceres, mas a administração da empresa seria responsabilidade dos sócios brasileiros (AGROCERES, 2015, p. 26).

Com capital financeiro, a empresa de sementes cresceu rapidamente, expandindo suas estruturas de produção em outras regiões. De 1946 a 1948, expandiu sua estrutura de produção com unidades em Ubá (MG), Jacarezinho (PR), Patos de Minas (MG) e Carazinho (RS). Nas décadas 1950 e 1960, abriu mais quatro unidades, em Jerônimo Monteiro (ES), Santa Cruz das Palmeiras (SP), Inhumas (GO) e Bandeirantes (PR).

Em 1950, Sr. Adylio Vitarelli, um dos fundadores da companhia, vem para Patos de Minas. Continuando a produção de milho híbrido em um barracão alugado, em 1952, muda-se para um imóvel situado na Avenida Brasil. Em 1960 houve a transferência da unidade de produção da Avenida Brasil para a Fazenda do Limoeiro, com instalações modernas e alta capacidade de produção.

Inicialmente, as técnicas de Plantio da Agrocereceres obtiveram muita resistência, por ser algo novo no município, que em 1950 era dedicado mais à pecuária do que ao cultivo da terra propriamente dito. O milho que se cultivava na região era um milho comum, sem muitas técnicas de plantio. O depoimento do senhor Joaquim Caetano, que foi entrevistado por João Otávio Coêlho, é, em vários sentidos, emblemático a esse respeito:

Ele era muito diferente. O mio ele tem o tipo de um vidro. Ele lúmea, ele bria. Lá na roça sê oiava ele e quando o sol esquentava parecia que ele tinha uns diamante no meio. Briava! [...] O mio era bem diferente do outro (milho comum). Tinha o “macho” e ele era só bão pra cumer assado. Ocê não dava conta de mastigar ele no dente. Era duro, miudinho e dava umas espiguinha mais pequena; mas sadiinha, aquele trem mais bunito. Agora o outro [milho comercial da Agrocereceres] dava um milho médio na terra boa e num usava adubo, nem cobertura e nem nada, era só a natureza (CAETANO *apud* COELHO, 2016, p. 43-44).

Por causas econômicas e pelo aumento da produtividade, o milho híbrido passou a ser aceito pelo grande e pequeno produtor. De acordo com Mello (1971), o método utilizado pela Agrocereceres era usar produtores vizinhos nas suas unidades de produção como colaboradores, visando algo rentável para ambas as partes.

A Companhia paga um preço melhor, fixado antes do plantio, além de – muito importante – fornecer gratuitamente assistência técnica aos empreiteiros. Disso resultou um grande melhoramento de técnica cultural do milho no Município, seja diretamente (empreiteiro rural), seja indiretamente (vizinhos e visitantes das culturas dos empreiteiros). Para que sinta o leitor o progresso e o desenvolvimento da cultura do milho híbrido em Patos de Minas, tomemos 1953 como ano base da produção: 500 toneladas de sementes, já no ano base de 1970, a produção foi de 2.400 toneladas (MELLO, 1971, p. 128).

Com a inserção da empresa Agrocereceres e suas pesquisas que alavancaram a

produção de milho híbrido no município, Patos de Minas desencadeou um reconhecimento econômico por esse material produzido na região, tornando-se a Capital Nacional do Milho.

3. DO JECA TATU AO MODERNO TRABALHADOR DO CAMPO

Em fins da década de 1950, o Brasil vivenciou um verdadeiro *boom* desenvolvimentista, traduzindo-se em uma série mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais com vistas a uma nova etapa da modernização capitalista no país. Essas mudanças foram particularmente sensíveis no campo, por meio da expansão agroindustrial, quando se difundiu a imagem de que o homem do campo teria que se modificar para enquadrar-se aos padrões do progresso.

Para entender melhor esse ideário, é preciso recuar um pouco no tempo e no espaço, a fim de captar sua historicidade. Ainda em 1914, Monteiro Lobato criou seu personagem Jeca Tatu, por meio do qual o escritor procurou retratar o atraso do homem do campo e, ao mesmo tempo, influenciá-lo por meio do ideário burguês de progresso. Indo ao encontro das necessidades capitalistas para a formação de uma mão de obra especializada para o mercado, o Jeca Tatu ganhou, nas décadas posteriores, uma projeção nacional.

Sob este aspecto, a união entre Candido Fontoura, do ramo farmacêutico, e Monteiro Lobato, da atividade editorialista, revela-se de modo emblemático, uma vez que ambos trabalharam em conjunto para a concepção, produção e venda do produto que ganhou o nome de Biotônico Fontoura. Em suas propagandas, o referido tônico se apresentava tão poderoso que seria capaz de “interferir de forma positiva na aprendizagem escolar, no trabalho e convívio social, espantando a preguiça e transformando o pobre trabalhador rural em homem rico e feliz” (CARVALHO, 2011, p. 59). Prometia ao sertanejo mudar sua vida, dando energia necessária para se enquadrar na sociedade no homem bem-sucedido. Segundo Park,

seria necessário tirar o cheiro da terra e dos excrementos que acompanha o habitante do campo, limpando e arejando suas residências, organizando os espaços, regularizando relações, abrindo caminho da casa do camponês até a casa do futuro operário (PARK, 1999, p. 145).

Esse almanaque tinha uma fala literária que, nas décadas mencionadas acima, transformou-se em um potente discurso educativo sobre a sociedade. Valendo-se de uma linguagem racista, este discurso assentava-se na ideia de que havia grupos inferiores que impediam o progresso da civilização, formando, segundo Park (1999), uma nova raça brasileira através do Jeca Tatuzinho, um sujeito taciturno, anêmico, preguiçoso e incapaz de “evoluir”, sendo o contrário da imagem do homem urbano, símbolo de civilização e cultura. Pode-se visualizar também a descrição que Euclides da Cunha faz do sertanejo:

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules – Quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a expenda da sela (CUNHA *apud* CARVALHO, 2011, p. 58).

Para que o país se modernizasse em sentido capitalista, eram necessárias a industrialização do campo e a qualificação do trabalhador que nele vive. Essa modernização não se traduziu apenas em mudanças econômicas, mas também culturais. Dito de outro modo, para que esse projeto se efetivasse, era necessário se afastar da imagem do trabalhador rural como alguém ignorante, preguiçoso e atrasado, e em seu lugar, criar uma outra, que viria representá-lo como alguém qualificado, ativo e inovador.

Os ecos deste discurso também ressoaram no município de Patos de Minas-MG, principalmente com a Festa do Milho, que visava criar uma nova imagem do trabalhador rural, imagem esta que veio a ser materializada no Monumento ao Homem do Campo.

3.1. O MONUMENTO AO HOMEM DO CAMPO E O TRABALHADOR RURAL PATENSE

De acordo com Renata Resende (2008), muitas cidades do país passaram a se amparar na produção agropecuária e na realização de festas de produção, a partir da segunda metade do século XX. Apesar de a produção de milho de Patos de Minas não ser tão expressiva, este foi escolhido como mote da festa. Estatisticamente, Patos de Minas é o maior produtor de feijão do país. Por que não rotular o acontecimento de Festa do Feijão? Seria o mais lógico. Mas, artesanalmente, com o milho podem se confeccionar mais coisas, e este grão é mais facilmente caracterizado.

Em busca de uma imagem que projetasse economicamente o município, houve a apropriação de uma história na qual foi construído um mito. Criando um marco social e transformando-o em tradição da cidade, a festa passou a figurar como um jogo de interesses, criando alianças entre pequenos, médios e grandes produtores rurais, comerciantes, empresários e prefeitura. Resguardadas as devidas diferenças, assim como ocorreu em nível nacional, em nível local também foi necessário reelaborar o imaginário acerca do trabalhador rural, não mais como símbolo do atraso, mas sim como símbolo do progresso.

É justamente neste ponto de inflexão do imaginário que podemos situar nossa análise acerca da criação do Monumento ao Homem do Campo. Antes de fazê-la, contudo, busquemos explicar sua concepção e execução. A esse respeito, é necessário pontuar que existem duas versões acerca de quem e de quando surgiu esta ideia de homenagear o trabalhador rural patense.

Na primeira delas, Donaldo Alves Machado Teixeira credita ao Padre Almir sua autoria. No livro dedicado à vida e à obra do sacerdote, Teixeira afirma que Padre Almir sugeriu ao então prefeito Sebastião Alves do Nascimento sua elaboração, em 1961. Segundo o memorialista:

Logo após o encerramento da primeira Festa do Milho, Padre Almir sugeriu ao Prefeito Sebastião Alves do Nascimento homenagear o homem do campo, com a construção de um monumento que se localizasse na Avenida Getúlio Vargas. O Prefeito atendeu, com uma placa e os dizeres: “O Município ao seu herói anônimo. Mandado erigir pelo Prefeito Sebastião Alves do Nascimento, no dia 24 de maio de 1961”. O projeto foi do espanhol Antônio Dias Lopez, executado por Enrique e Carlos Panchon Sanchez (TEIXEIRA, 2016, pp. 84-85).

A segunda delas está no livro *Patos de Minas: Capital do Milho*, de Oliveira Mello. De acordo com o memorialista, a ideia de prestar essa homenagem surgiu de Wulfrano Patrício, também em 1961. Estando o radialista na Igreja Santa Terezinha, no Bairro Brasil, com os artistas espanhóis Enrique Pachon Sanchez, Carlos Pachon Sanchez Carlos e Antônio Dias Lopes, que estavam ali para a reforma da Igreja, Patrício falou com os artistas sobre a falta de monumentos nas praças da cidade. Isso originou a ideia de oferecer ao então prefeito da época Sebastião Alves do Nascimento os serviços dos artistas para que fosse erguido, em Patos de Minas, um monumento que simbolizasse, segundo Mello (1971), o esquecido homem do campo.

Independentemente de quem seja a autoria da ideia, o que importa é que ela foi levada ao chefe do executivo patense e foi aceita rapidamente. Antônio Dias Lopez encarregou-se do esboço do monumento, que se encontra nos jardins da Avenida Getúlio Vargas, no quarteirão compreendido entre as ruas Marechal Floriano e Coronel Farnese Maciel, e executado por Enrique Pachon Sanchez e Carlos Dias Lopes.

Para a construção do monumento, foi solicitada a aprovação e a ajuda econômica na Câmara Municipal. Segundo Mello (1971), na ocasião, discutiu-se, entre outras coisas, um pormenor bastante interessante: sobre qual ombro deveria ficar o balaio de milho carregado pelo homem do campo. Aprovada a verba que na época era de CR\$ 150.000,00 cruzeiros (cento e cinquenta mil cruzeiros), o monumento foi posto em execução, ficando pronto para ser inaugurado durante a III Festa do Milho, em 24 de maio de 1961, na presença de autoridades locais, estaduais e de uma grande quantidade da população patense.

A Figura 1 mostra a inauguração do Monumento do Homem do Balaio com participações de políticos como Magalhães Pinto e Gabriel Passos. A partir de então, ficava imortalizada em pedra a imagem do homem do campo. De acordo com Mello (1971) é o símbolo dos heróis anônimos da grandeza econômica da terra de Patos de Minas. A figura 2 mostra o evento de inauguração do

Monumento com a presença da população patense prestigiando esse momento, com o discurso do Governador Magalhães Pinto.

FIGURA 1. Inauguração do Monumento. Francelino Pereira e Magalhães Pinto



Fonte: Acervo Pessoal do Prof. Altamir Fernandes (1961)

FIGURA 2. Inauguração do Monumento



Fonte: Acervo Pessoal do Prof. Altamir Fernandes (1961)

Mesmo havendo essas duas narrativas diferentes sobre a construção e sua fundação do Monumento ao Herói Anônimo, existe uma semelhança no tempo e no espaço histórico em sua inauguração, que foi no dia 24 de maio de 1961, na terceira Festa Nacional do Milho. Isso não excluindo o fato de que era um evento festivo, no qual as primeiras comemorações chamavam a participação do homem do campo, buscado enfatizar a festa em algo real, não apenas em manifestações de cunho exclusivo, que abarcava os interesses de uma elite, a qual ao longo do tempo foi excluindo os pequenos produtores e desenvolvendo uma produção agroindustrial. Segundo Renata Resende,

[...] O pequeno produtor rural não se reconhece participando da festa, nem mesmo sendo incentivado no cultivo da terra ou de animais. Segundo os depoimentos, eles sentem esse incentivo apenas nos primeiros anos de festa, quando ainda necessitavam desses aliados para firmar sua tradição. Esses incentivos acontecem tanto em Minas como em todo país, especialmente durante as décadas de 60 e 70, quando o governo vê a necessidade em se modernizar a agricultura a fim de alcançar maiores lucros e fomentar a agroindústria. Tudo devia se adequar ao progresso e o desenvolvimento da economia local – Era preciso incutir, nas pequenas cidades consideradas retrógradas, a ideia de modernização tão sonhada pela elite (RESENDE, 2008, p. 3).

O Monumento ao Homem do Campo não representa, portanto, o trabalhador rural. Ele simboliza a estrutura econômica, social, política e cultural que estava sendo incorporada à sociedade patense. O Homem do Campo era o objeto e a Festa do Milho era o meio impulsionador para alavancar os interesses de crescimento agroindustrial nos períodos correspondentes entre 1960 e 1970, remetendo a uma imagem que simbolizava o progresso capitalista.

3.2. MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E O HOMEM DO BALAIO

Retomando novamente Renata Resende, o Monumento ao Homem do Campo

[...] é figurada por um homem de chapéu de palha, calças arriadas até a canela, corpo curvado para baixo, segurando pelas mãos em cima do ombro um jacá cheio de milho, aparentando um produtor com poucos recursos e sem os instrumentos e técnica moderna no modo como lida com a produção. É a representação dos produtores da região em sua maioria pequenos, porém, essa simbologia apresentada pela estátua provoca um estranhamento [...]. O que se pretende não é uma imagem do homem do campo, mas a utilização de sua imagem como representação do caráter agrário da festa, e também como uma política de envolvimento do povo com a festa. Há uma união do tema da festa, cultivo do milho, as políticas governamentais de modernização da agricultura e financiamentos que levariam à aquisição de

produtos agroindustriais, visto que essa estátua representa o início de uma jornada em direção à modernização e, além disso, é um traço do governo populista que em 1961 ainda vigora (RESENDE, 2008, p.39).

Esse estranhamento entre os trabalhadores rurais com o monumento que pretende representá-los, tal como pontuado pela historiadora na citação acima, nos conduz a uma reflexão sobre a relação entre memória e patrimônio na cidade de Patos de Minas. Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs, a memória é uma atividade coletiva, posto que

não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 1990, p. 39).

Nesse sentido, a memória é construída pelo convívio social com outras pessoas, mostrando-se não apenas o reflexo das ações do corpo e do espírito individual, mas também uma junção entre o ser da ação com recordações de outros seres. Para que a memória exista, portanto, ela precisa de quadros sociais onde se ancorar. Estes quadros sociais são os prédios, as praças, os monumentos, enfim, os lugares por meio dos quais torna-se possível o enraizamento e a duração das lembranças tanto no tempo, quanto no espaço, que permitem a um grupo, classe ou nação (re)construir seu passado à luz de seu presente.

Retomando as ideias de Maurice Halbwachs, mas, ao mesmo tempo, indo além delas, o historiador, também de nacionalidade francesa, Pierre Nora forja o conceito de “lugares da memória”, que vem designar a ideia de espaços destinados a lembranças que se tornaram importantes no mundo ocidental, na medida em que a modernidade, em seus múltiplos aspectos, avançava em direção à destruição da memória coletiva. A esse propósito, ele diz: “É o modo da percepção histórica que dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993, p. 8).

Não havendo mais a memória coletiva, agora destruída pela aceleração do tempo, pela liquefação dos quadros sociais e pelo esmaecimento da tradição, os lugares de memória serviriam para lembrarmos que temos um passado, para nos localizarmos no presente e nos projetarmos para o futuro. Daí a necessidade que essa memória se materialize em lugares, convertendo-se em monumentos, estátuas, prédios etc.. A ênfase dada por Pierre Nora sobre a materialidade dos lugares de memória abre o caminho para a discussão em torno do patrimônio.

Em linhas gerais, podemos definir patrimônio como um esforço que tenta resguardar o passado para o futuro. Para que ele exista, é preciso que seja reconhecido e eleito, conferindo um valor simbólico nas relações sociais em volta de um

determinado objeto ou evento. Mas quem define qual parcela do passado merece ser lembrada e qual merece ser esquecida? Quais são os critérios retidos para reconhecê-lo e elegê-lo como tal? Existem objetos com mais ou menos valor? Para responder a esta questão, vejamos o que diz Sandra Pesavento:

[...] Uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a *urbs* sonha a si mesma (PESAVENTO *apud* TOMAZ, 2002, p. 25).

Pensando com Pesavento, o patrimônio revela ao historiador o fato de que a história oficial se lembra de preservar e cultuar apenas a memória do vencedor, produzindo documentos e construindo monumentos relacionados apenas a personalidades políticas de grande vulto cujos nomes são dados a ruas e praças, e desta forma, a memória da sociedade se torna a memória do dominador e de seus feitos.

Quando se olha, por exemplo, a ordem dos principais itens pertencentes ao patrimônio de Patos de Minas (o busto do Olegário Maciel e o Monumento ao Homem do Campo), isso fica bem perceptível. Quando comparamos este último patrimônio ao primeiro, pode-se questionar seu caráter rupturista frente à história oficial do município, uma vez que ele pretende homenagear não os grandes homens, mas sim os homens comuns. No entanto, esse caráter rupturista é apenas aparente. Para reforço de nossa tese de que o Monumento ao Homem do Campo retrata mais a apropriação feita pela elite agroindustrial da história do trabalhador rural do que o reconhecimento dela propriamente dito, lembramos um fato que vem corroborá-lo de modo emblemático: no fim da Semana Ruralista de 1977, o Sindicato dos Produtores Rurais, representando o interesse dos grandes empresários agroindustriais da região, criou os leilões de gado, feiras de animais e exposições de tratores. Como o pequeno produtor rural não tinha condições financeiras para participar, pois os produtos arrematados tinham um preço elevado que não condizia com o orçamento, uma grande parcela acabou sendo excluída desse processo e deixando a semana (RESENDE, 2008).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim que a expansão agroindustrial capitalista se consolidou na cidade, nota-se que há uma exclusão paulatina do trabalhador rural das atividades econômicas, sociais, políticas e culturais que inicialmente foram feitas supostamente para incluí-lo. O exemplo mais representativo disso é, sem sombra de dúvidas, o Monumento ao Homem do Campo. O recurso imagético ao trabalhador rural era necessário para conferir um caráter popular à Festa do Milho e aos interesses dos

empresários que a sustentavam. Uma vez forjado, no entanto, os trabalhadores foram deixados de lado. Isso fica mais que evidente quando analisamos sua trajetória desde sua criação até os dias de hoje.

Algumas reportagens publicadas na imprensa local nos trazem pistas preciosas a esse respeito. De acordo com a reportagem do site do jornal *Clube de Notícias*, datada em 26/04/2017, de autor desconhecido, a obra passou por algumas melhorias no ano de 2001, quando o artista Antonio Dias Lopes, o idealizador do projeto, veio a Patos de Minas para a restauração de partes do monumento. A primeira ao longo de quase quatro décadas. Em 2011, a obra chegou a ser atacada: seu suporte havia sido pichado e seu braço arrancado. A prefeitura de Patos de Minas levou o caso à polícia para que os responsáveis fossem punidos, e fez-se uma súplica para que quem soubesse o paradeiro de seu braço denunciasse.

Apenas em 2016, ou seja, cinco anos depois, ele foi restaurado de novo, pelo artista José Batista Almeida e seu assistente Wanderson Silva, ambos naturais de Patos de Minas. Isso se deu por meio de um processo licitatório. A Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Cultura, Turismo Esporte e Lazer, investiu R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para sua revitalização, recuperando o chapéu, a gola da camisa, a orelha, o nariz, o cigarro de palha, o facão que fica na cintura e as espigas de milho que compõem o monumento e que haviam sido danificadas pela ação humana. Sua reconstrução foi finalizada e, em menos de três meses após a finalização do trabalho, a escultura já apresentava sinais de degradação feitas pela ação humana, com marcas de calçados no monumento e sem a presença do cigarro de palha.

A pouca atenção dada pelo poder público, somada ao caráter organizado e sistemático dos ataques direcionados contra o referido monumento, deixa clara a ausência de identificação da população local com a peça que faz parte do patrimônio histórico da cidade. Sob este aspecto, a inscrição feita no pedestal da estátua (“O Município ao seu ‘Herói Anônimo’”), é de uma ironia suplementar, revelando de antemão que os trabalhadores rurais da cidade não têm rosto, ou seja, são lembrados quando correspondem aos interesses do capital e logo em seguida esquecidos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Leonardo Latini. *De cidade sertaneja a bela urbs: obras públicas e tensões sociais em Patos de Minas no início do século XX*. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Vol. 1: Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Raquel Alves de. *A construção da identidade e da cultura dos povos do*

campo, entre o preconceito e a resistência: o papel da educação. Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, São Paulo, 2011. CLUBE DE NOTÍCIA. *Trabalho de restauração do 'homem do balaio' é concluído*. Disponível em: < <https://www.clubenoticia.com.br/Noticia/index/597> > Acesso em: 20 de novembro de 2017.

COELHO, João Otávio de Oliveira; SANTOS, Roberto Carlos dos. "O milho que vale um milhão": a Agrocere e as mudanças na produção agrícola (Patos de Minas-MG, 1948/ 2015). *Revista Perquirere*, 14(3): 34-50, set./dez. 2017.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*. Belo Horizonte: IngraBrás, 1974.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

HERBOLD, Hilde. *70 anos você vê, você confia!* São Paulo: DBA Editora, 2015.

MELLO, Antônio Oliveira. *Patos de Minas: Capital do Milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury, in: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, abril 1993.

OLIVEIRA, José Eduardo *et al.* *Uma história de exercício da democracia: 140 anos do legislativo patense*. Patos de Minas: Ipê, 2006.

PARK, Margareth Brandini. De Jeca Tatu a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 13 (1999): 143-150.

PASSINI, Enio. *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2003.

RESENDE, Renata Carolina. *A invenção de uma tradição: A Festa Nacional do Milho (Patos de Minas 1959-1990)*. 2008. 51p. Monografia de Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

TEIXEIRA, Donaldo Amaro. *Padre Almir Neves de Medeiros – o que a história não conta*. Patos de Minas: Edição do Autor, 2016.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 7, 2010.